



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC-10590/11

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se registro ao ato de pensão por entendê-lo legal.

ACÓRDÃO AC1-TC - 2327 /2011

01. Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de João Pessoa.
02. Nome da Beneficiária: **Hiala Cristina de Souza e Silva** **Pensão Vitalícia**
03. Servidor falecido:
3.1. Nome: Ildebrando Freire da Silva
3.2. Cargo: Vigilante Municipal
3.3. Matrícula: 24.787-1
04. Caracterização da Pensão:
4.1. Autoridade responsável: Presidente do IPAM
4.2. Data do ato: 22/12/10
4.3. Data da Publicação: Semanário 1250
05. Relatório da DIAPG: Reconheceu a legalidade do ato e considerou correto o cálculo elaborado pelo órgão de origem, merecendo o ato à fl. 54, receber o competente registro neste TCE.
06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPjTC): Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade do ato concessório da pensão, e por conceder-lhe o competente registro.
07. Voto do Relator: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade do ato concessório da pensão em tela, de fl. 54, e emissão do respectivo registro.

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e legalidade do ato da pensão ora em análise, à fl. 54, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 15 de setembro de 2011.

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima
Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE